

FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO

**A DEPRECIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO SEGUNDO O CPC-27 E SEUS
PRINCIPAIS REFLEXOS NO CONTEXTO FINANCEIRO E CONTÁBIL DAS
EMPRESAS**

Bruno de Sousa*

Marcos Antônio Batista**

RESUMO

O presente artigo teve por tema a análise do impacto da depreciação do ativo imobilizado no contexto financeiro, econômico e contábil das empresas, em conformidade a CPC 27. Pode-se afirmar que a inserção e manutenção de uma organização no mercado, não constituem em uma tarefa fácil. Diante disso, a contabilidade com o amparo da legislação, possui métodos que podem contribuir de maneira significativa neste processo. Tomando-se como ponto de partida o princípio de que a maioria das empresas foi criada com a finalidade de permanecerem ativas, pretendeu-se abordar a avaliação e a exploração do ativo imobilizado como uma ferramenta na minimização dos custos e maximização de lucros na gestão contábil organizacional. O problema de pesquisa fundou-se na indagação de como os empreendedores têm conhecimento do impacto e efeitos da depreciação na continuidade de seu negócio? Na busca por respostas, foi elaborado o objetivo geral, que tratou da análise da percepção do empreendedor de uma organização em relação à depreciação dos ativos em seu negócio. Quanto aos objetivos específicos, estes buscaram relacionar e descrever os impactos e efeitos econômicos, financeiros, tributários e operacionais da depreciação; pretendeu-se ainda elencar as possíveis perdas de continuidade; e verificar a percepção do gestor em relação à depreciação. A metodologia utilizada foi de natureza aplicada, sendo utilizada a abordagem qualitativa e classificada como descritiva. Pode-se concluir através da análise da entrevista realizada que o empreendedor apesar de não possuir um conhecimento aprofundado do significado de depreciação, este demonstrou ter ciência dos efeitos que a mesma possa ocasionar nas finanças da empresa. Destacando-se também a necessidade em haver um maior controle desta ferramenta, caso contrário poderá ocorrer riscos futuros aos negócios, ao que concerne aos cálculos dos impostos, como também dificultar uma disputa igualitária perante os concorrentes no momento da renovação de seu ativo imobilizado.

Palavras-chave: Depreciação. Ativo Imobilizado. Impacto.

*Graduando em Ciências Contábeis da Faculdade Doctum de João Monlevade. E-mail: brunosousa2121@yahoo.com.br.

**Professor Orientador na Faculdade Doctum de João Monlevade. E-mail: mbatistatatu@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da globalização e das inovações tecnológicas, foi necessário também fazer adaptações contábeis dentro do universo dos números. Desta forma, a contabilidade necessitou alterar o seu foco, primando-se também pela redução da depreciação de ativos imobilizados.

É certo, que toda empresa deva manter uma escrituração contábil o mais próximo possível da realidade, para que possa gerar informações confiáveis e estratégicas aos seus administradores e aos usuários externos. Com isso, o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi instituído com o objetivo de dar um tratamento mais adequado aos imobilizados de uma entidade, visando demonstrações contábeis mais consistentes e próximas à realidade do mercado. Assim, pode-se facilitar a mensuração e interpretação de informações relativas às demonstrações contábeis aos usuários.

A depreciação conforme o CPC 27 adota medidas que auxiliam ao empreendedor a manter um controle eficaz de seus impostos, bem como utilizar os benefícios fiscais na aquisição de novos equipamentos e tecnologias mais avançadas.

Feita tais considerações, teve-se como problema de pesquisa a investigação de como os empreendedores tem conhecimento do impacto e efeitos da depreciação na continuidade de seus negócios?

No intuito de responder a tal questionamento, foram traçados os seguintes objetivos: em caráter geral, buscou-se analisar a percepção do empreendedor de uma organização em relação à depreciação dos ativos em seu negócio. Como objetivo específico pretendeu-se: relacionar e descrever os impactos e efeitos econômicos, financeiros, tributários e operacionais da depreciação; visou-se, elencar as possíveis perdas de continuidade; e ainda, verificar a percepção do gestor em relação à depreciação.

Para tanto, esta pesquisa foi realizada em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo foi apresentada esta introdução, o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa do estudo. O segundo capítulo apresentou-se o referencial teórico. No terceiro capítulo se tratou da metodologia utilizada na realização da pesquisa. O quarto capítulo foi apresenta às análises dos dados

obtidos por meio das técnicas de pesquisa dissertadas na metodologia com a finalidade de responder aos objetivos propostos ao estudo. Já o quinto e último tratou das considerações conclusivas do estudo.

Este estudo se justifica dada sua importância tanto em meio acadêmico como contábil, pois configura numa forma de ampliar discussões e pesquisas sobre redução da depreciação de ativos imobilizados e demonstrar a necessidade da aplicação do CPC – 27 que auxiliará ao gestor ou contabilista na tomada por decisões mais acertadas quanto ao correto gerenciamento do ativo, com vistas à longevidade ou até mesmo ao retorno do capital investido, e conseqüentemente um bom controle de patrimônio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No mundo das grandes evoluções tecnológicas, conhecer o mercado e suas variáveis é fundamental para que se possam galgar melhores resultados, bem como sobreviver à concorrência crescente e o que se relaciona a própria vida útil da organização.

Uma vertente que exerce grande influência dentro de uma organização são os bens ativos que esta possui. Estes representam em forma numérica a liquidez e a capacidade de realização perante a execução de suas obrigações para com os seus credores. Diante do exposto, neste capítulo foram discutidos assuntos e conceitos chave relacionados ao tema, qual sejam a depreciação dos ativos; os impactos e efeitos econômicos, financeiros, tributários e operacionais da depreciação e as possíveis perdas de continuidade.

2.1 Mudanças na Contabilidade

O dinamismo ocorrido na esfera tecnológica e econômica tem impulsionado a todos os setores a se adequarem às mudanças cotidianas, e com a contabilidade isso não se difere. Há de fato, uma real necessidade em compreender os principais

aspectos das alterações na área contábil, em especial, os pontos que norteiam as normas internacionais de contabilidade. Tal compreensão se justifica no essencial aprimoramento de ferramentas que visam contribuir para redução de riscos.

Com isso, com o passar dos tempos à contabilidade, tem ganhado seu campo de atuação como uma grande aliada dos gestores, administradores, empreendedores dentre outros, por meio da utilização das informações extraídas desta área de conhecimento que tornou possível a tomada de decisões em tempo hábil, como também a aplicação de métodos e parâmetros que agreguem valor ao custo benefício das empresas.

O crescimento empresarial tem exigido dos que estão inseridos no mercado, uma maior atenção quanto à dinâmica utilizada no momento de estabelecerem sua forma organizacional e principalmente ao que tange a maneira que tratam e cuidam de suas finanças.

Vale ressaltar, que para ocorrer um reflexo positivo na vida financeira de uma empresa, a depreciação deve ser evidenciada, com vistas a demonstrar o quanto o conhecimento e a aplicação da contabilidade é importante na permanência da empresa no mercado, na majoração de lucros e redução de custos.

2.2 Ativo Imobilizado

O Artigo 179 em seu inciso IV, da Lei nº 6.404/76, conceitua as contas do ativo imobilizado como sendo,

[...] os direitos que tenha por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidas com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram á ela os benefícios, riscos e controle desses bens. (BRASIL, 1976).

O CPC-27 que fundamenta o referido artigo define o imobilizado como um ativo tangível, que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, tais como o aluguel, ou para fins administrativos; dos quais se espera utilizar em uma periodicidade superior a um ano. De forma a exemplificar tal ocorrência, cita-se como bens do ativo imobilizado os edifícios, as máquinas, os

navios, os aviões, os veículos, os móveis e os utensílios, os equipamentos para escritório, imobilizado em construção e terrenos, sendo este último não depreciável.

2.3 Depreciação

A depreciação consiste em uma desvalorização ou perda de valor de um bem ou algo, sua evidenciação ocorre no momento em que há uma comparação do item no estágio atual em detrimento ao valor em sua fase inicial. É importante ressaltar que se deva realizar um estudo prévio para compreensão da depreciação, conforme o campo que se deseja aplicá-la. Como exemplo, a economia, em que se aborda a queda do valor da moeda estrangeira, representando uma oportunidade de competição no mercado. Enquanto no âmbito contábil, um bem ao depreciar pode não ter tantos benefícios ao se analisar de forma errônea.

Ainda no contexto da contabilidade, o estudo da depreciação é destacado dentre os autores de obras das áreas direcionadas para a contabilidade básica, contabilidade gerencial, contabilidade tributária, contabilidade de custos, contabilidade financeira e administração financeira, que destacam que a depreciação seja capaz de auxiliar nas demonstrações contábeis, no fluxo de caixa de uma empresa, nos custos e na alocação de produtos e no preço de venda.

Para tanto, é necessário ressaltar os conceitos utilizados em cada uma das áreas, em que a depreciação é definida e utilizada como instrumento capaz de colaborar de maneira relevante e positiva a contabilidade e a administração de uma empresa, como demonstrado na Figura 1 a seguir.



Figura 01 - Abordagens da Depreciação no contexto contábil, adaptada pelo autor em conformidade a CPC 27 – Ativo Imobilizado.
Fonte: Adaptado pelo Autor, 2018.

Conforme demonstrado na Figura – 1, para a contabilidade básica, as abordagens a respeito da depreciação são genéricas, sendo utilizadas para introduzir a existência como ferramenta contábil, sem fornecer subsídios que auxiliem na aplicação dos conceitos por ela destacados, geralmente voltados para iniciantes.

Nesta área a depreciação significa “a importância que corresponde à diminuição do valor dos bens do Ativo resultante do desgaste pelo uso, pela ação da natureza e obsolescência normal”. (RIBEIRO, 2005 p. 229).

Marion (1988, p.176) corrobora com tal ponderação a ressaltar que, “[...] os bens do imobilizado, com o passar do tempo, em virtude do uso, vão sofrendo deterioração física perdendo sua eficiência funcional”.

Percebe-se, portanto, que ambos os conceitos são bem genéricos e não subsidiam decisões.

Na área de Custos, onde a contabilidade mensura gastos, custos e despesas necessárias à fabricação dos produtos, para, principalmente, através destes dados,

precificarem o preço de venda. A depreciação, com isso, é considerada como um custo, quando está ligada a maquinários da produção.

Padoveze (2003, p. 25) conceitua insumo industrial de depreciação “a perda de valor dos ativos imobilizados utilizados no processo industrial [...] Essa perda de valor é um gasto e, sendo da área industrial é um custo de fabricação”.

Neste sentido, os custos de fabricação são itens essenciais para a formação do preço de venda dos produtos. Por isso, é necessário que “se considere o custo anual da depreciação, caso contrário o lucro apurado não será real, impedindo o empresário repor seus bens à medida que forem desgastando-se ou desatualizando-se”. (MARION, 1988, p. 177).

Na abordagem da contabilidade gerencial, que tem por prerrogativa registrar, controlar e gerenciar os recursos disponíveis à atividade da empresa por meio das informações contábeis de uso exclusivo interno, que auxiliam a tomada de decisões na empresa, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 324) explicam que “a depreciação contábil é a alocação racional e sistemática do custo original de um ativo (menos o valor residual, se houver) ao longo da vida útil esperada do ativo [...]”.

Com isso, entende-se que a parcela de perda do valor do bem, ocasionada pelo desgaste de uso ou pela ação do tempo, é deduzida ao longo do tempo de seu valor original, no balanço patrimonial, através da dedução da conta depreciação acumulada.

Já, dentro do campo da administração, na subárea, a administração financeira que é considerada de suma importância nas organizações, pois é área que gerencia os recursos financeiros da empresa, para que se haja de realização de suas atividades, Assaf Neto (2002, p. 139) conceitua a depreciação como “a perda de valor experimentada pelos bens fixos tangíveis da empresa, em consequência de um serviço proporcionado”.

Nesse processo de desvalorização do imobilizado se realiza a recuperação por meio da venda dos produtos finais. A depreciação é considerada uma despesa e, como tal, é repassada no preço de venda do produto.

No campo dos tributos, a contabilidade tributária é a área da contabilidade que controla as obrigações tributárias da empresa, de acordo com as exigências da legislação, e torna possível conhecer e analisar a carga de tributos pagos pela empresa, o que possibilita a implantação de um planejamento tributário.

No Regulamento do Imposto de Renda é ressaltada a importância da diminuição do valor dos bens do ativo imobilizado, como consequência do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal, que será alocada como custo se os bens depreciados forem da produção ou despesa operacional para os demais bens depreciados. (OLIVEIRA, 2005).

“Estes custos e despesas de depreciação ao serem lançados no demonstrativo de cada exercício, diminuirão o lucro do período, ocasionando uma carga tributária com valor reduzido”. (VALENTE, 2007, p. 5).

A Contabilidade Societária ou Financeira, reproduzida na forma da Lei nº. 6.404 de 1976 informa que se deva constar no grupo do imobilizado a conta de depreciação, a qual se apresenta como redutora e com saldo acumulado.

Em 28 de dezembro de 2007, a Lei das S.A's, sofreu modificações advindas da Lei nº. 11.638, em que o ativo permanente, que era subdividido pelas contas investimento, imobilizado e diferido, teve a inclusão da conta intangível, passando a figurar no ativo permanente, portanto as contas de investimento, imobilizado, intangível e diferido. (BRASIL, 2007).

Expostos os conceitos de depreciação nas mais diversas áreas da contabilidade, pode se aferir o entendimento de que esta esteja diretamente ligada a capacidade das empresas gerar resultados, seja na precificação do preço de venda, na composição dos custos, com dedutibilidade de impostos.

Para o presente trabalho, independentemente do foco, torna-se claro que a depreciação é de vital importância, seja para continuidade das organizações, ou para subsidiar as decisões em relação aos ativos.

2.4 Método de Mensuração

De acordo com o CPC-27 (2017) o método pelo qual a depreciação deva ser mensurada, são justamente aquele de modo a refletir nos parâmetros de consumo pela empresa, gerando desta forma, benefícios econômicos futuros.

Pode ser definido ainda como o processo que determine os valores de registro e reconhecimento nas demonstrações contábeis, no intuito de verificar não somente o modo mais pertinente, como também o que proporcionará maior auxílio

no momento da tomada de decisões e conseqüentemente contribuir para que a empresa permaneça ativa.

Considerando as demonstrações contábeis, mais precisamente o Balanço Patrimonial das organizações, as contas que integram o ativo imobilizado tem tempo limitado de vida útil econômica. Conforme relatam Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 167) no grupo do imobilizado “são registrados os bens utilizados nas empresas, ou seja, que tem utilidade operacional para a entidade e possibilitam a realização da atividade principal, contribuindo na geração de lucros para a empresa”.

Assim, segundo os mesmos autores “o custo de tais ativos, deve ser alocados aos exercícios, beneficiados pelo seu uso no decorrer de sua vida útil econômica”. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 221).

Transcorrido o exercício e não realizada a contabilização do custo ou despesa com depreciação, a mesma não poderá ser lançado com valor acumulado com a finalidade de se recuperar o valor em exercícios posteriores.

Segundo Marion (2007, p. 225),

[...] a mensuração do custo dos bens só pode começar a ser registrada nos exercícios contábeis após o início de uso do objeto imobilizado, podendo ser, de acordo com a Legislação, feita mensalmente, trimestralmente ou anualmente, sendo destacadas como uma despesa durante os períodos em que são utilizados, gerando assim uma diminuição do valor de bens do Ativo Imobilizado normalmente resultantes dos desgastes pelo uso, processo este chamado de Depreciação pela Contabilidade.

Do mesmo modo, destaca Martins (2001, p. 197) que,

A contabilidade reconhece a depreciação através do registrado de um débito às contas de despesas do período, ou custos, se os ativos forem utilizados na produção e um crédito à conta de Depreciação Acumulada, conta que demonstra o total da depreciação acumulada até o presente.

Na demonstração de resultado na apuração de Imposto de Renda, “a depreciação só será deduzida pela pessoa jurídica que admitir o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso do bem”, sendo que “o montante acumulado de depreciação, não poderá exceder o custo de aquisição do bem”. (NEVES, 2004, p. 96).

Gerencialmente, como revelado por Neves (2004, p. 97) seja possível a utilização das “taxas de depreciação superiores às exigidas pela Legislação do Imposto de Renda”. No entanto, se deva considerar os ajustes necessários no Livro

de Apuração do Lucro Real - LALUR, ou “[...] suportadas por laudo pericial do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (art. 310, § 2º, do RIR/ 99) [...]”.

O pronunciamento Técnico CP- 27 Ativo imobilizado estabelece que não exista apenas um método de avaliação dos ativos. Tal definição deve ser baseada na forma mais apropriada diante de cada empresa.

Para ilustrar e sem a pretensão de esgotar as definições dos métodos, citam-se as mais pertinentes como destacado pela Figura 2, considerando-se a continuidade das empresas, proposta do presente trabalho.

Quadro 1 - Comparativo entre os Métodos de Depreciação Incentivada e Acelerada.

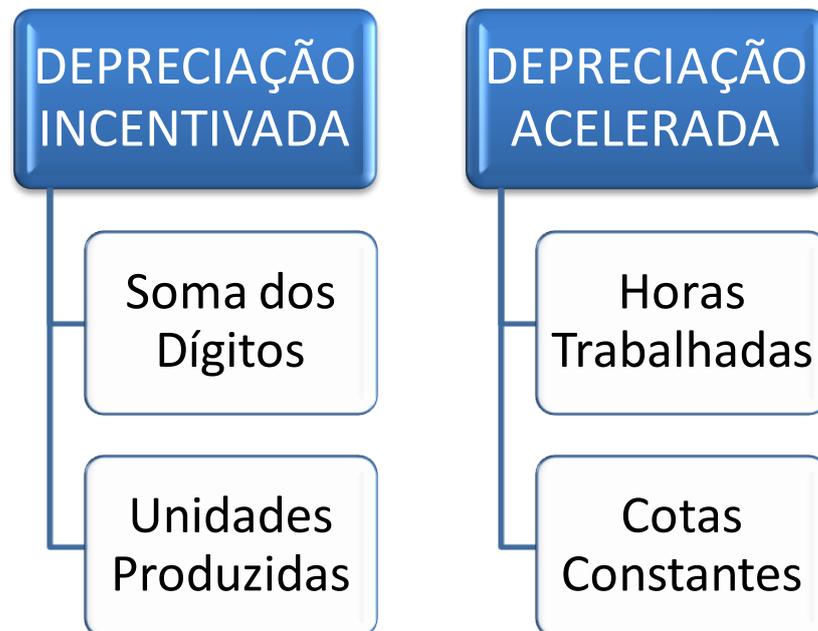


Figura 2 –Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Segundo Ludicibus (1987), alguns conceitos podem ser destacados:

- A. **Método das quotas constantes:** a depreciação é apurada em função do tempo e não do uso do bem, pois a eficiência do equipamento é constante ao longo dos anos, não sendo considerado o fator custo.
- B. **Método da soma dos dígitos:** permite quotas de depreciação maiores no início e menores no final da vida útil do bem. Para tanto, o cálculo é feito a partir da soma dos algarismos que formam o número de anos de vida útil do bem, e o valor da depreciação a ser contabilizada a cada ano é representado

por uma fração cujo denominador apresenta a soma dos algarismos dos anos de vida útil, e o numerador é o número de anos de vida útil do bem.

C. **Método de horas de trabalhadas:** estima-se as horas de vida útil do bem e propõe a divisão entre o total de horas trabalhadas e o número total de horas de horas – vida. Muito utilizado nas empresas industriais.

D. **Método de unidade produzida:** também utilizado por empresas industriais, o cálculo é feito com base em estimativas de quantidade de unidades capazes de serem produzidas durante a vida útil do bem.

E. **Depreciação acelerada:** é o registro contábil da diminuição do valor dos bens móveis, resultantes de desgaste pelo uso em regime de operação superior ao normal. Assim, quanto maior a quantidade de turnos diários de operação, maior será a contabilização de encargos dedutíveis na apuração do resultado tributável. A Instrução Normativa SRF nº. 162, de 31/12/1998 art. 312 aceita a aceleração na depreciação dos bens da empresa, em função do número de horas diárias de operação, sendo obrigatório o uso dos coeficientes exigidos na Legislação.

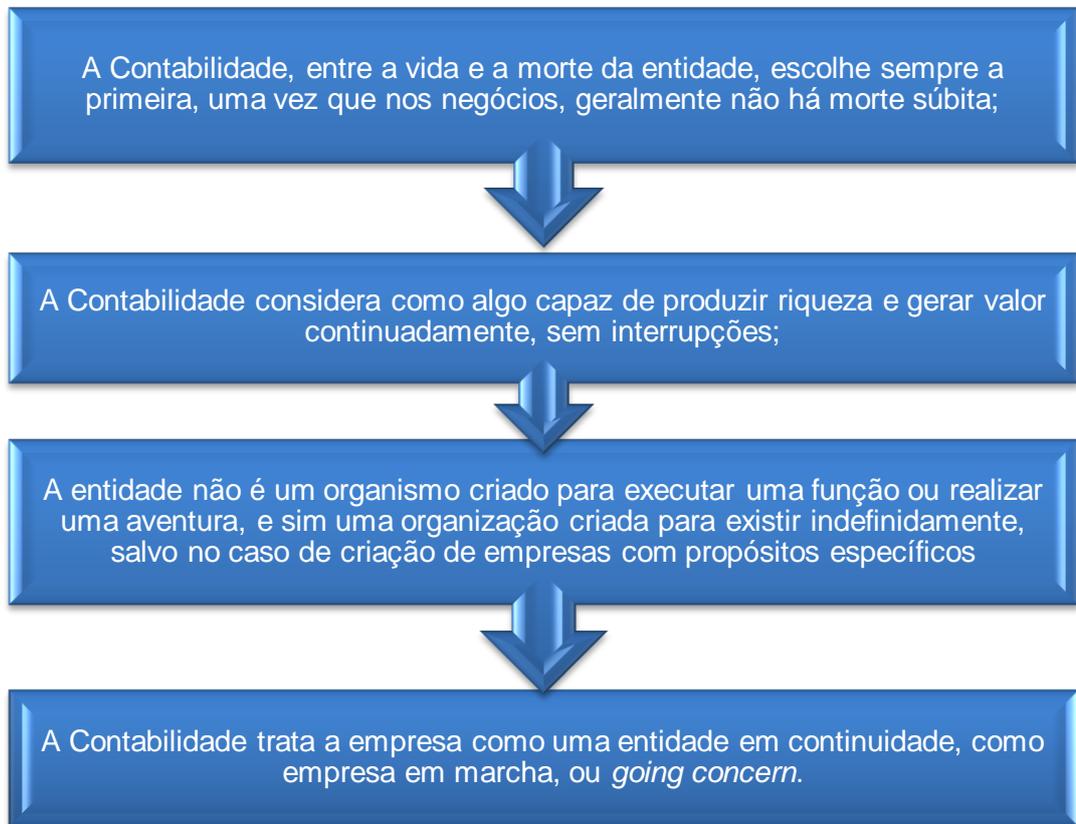
F. **Depreciação incentivada:** a depreciação incentivada é um incentivo fiscal controlado no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, com objetivo de estimular as empresas a modernizar e ampliar suas máquinas e equipamentos industriais.

2.5 Efeito da depreciação na continuidade das empresas

A Resolução CFC n.º 750/93 enumera o Princípio da Continuidade e assim estabelece em seu Art. 5º “A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas”. (CFC, 2000, p. 44-5).

Ao se analisarem mais detalhadamente as discussões da Estrutura Conceitual são possíveis extrair da mesma, as seguintes características referentes a este postulado:

Quadro 2 - Estrutura Conceitual



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

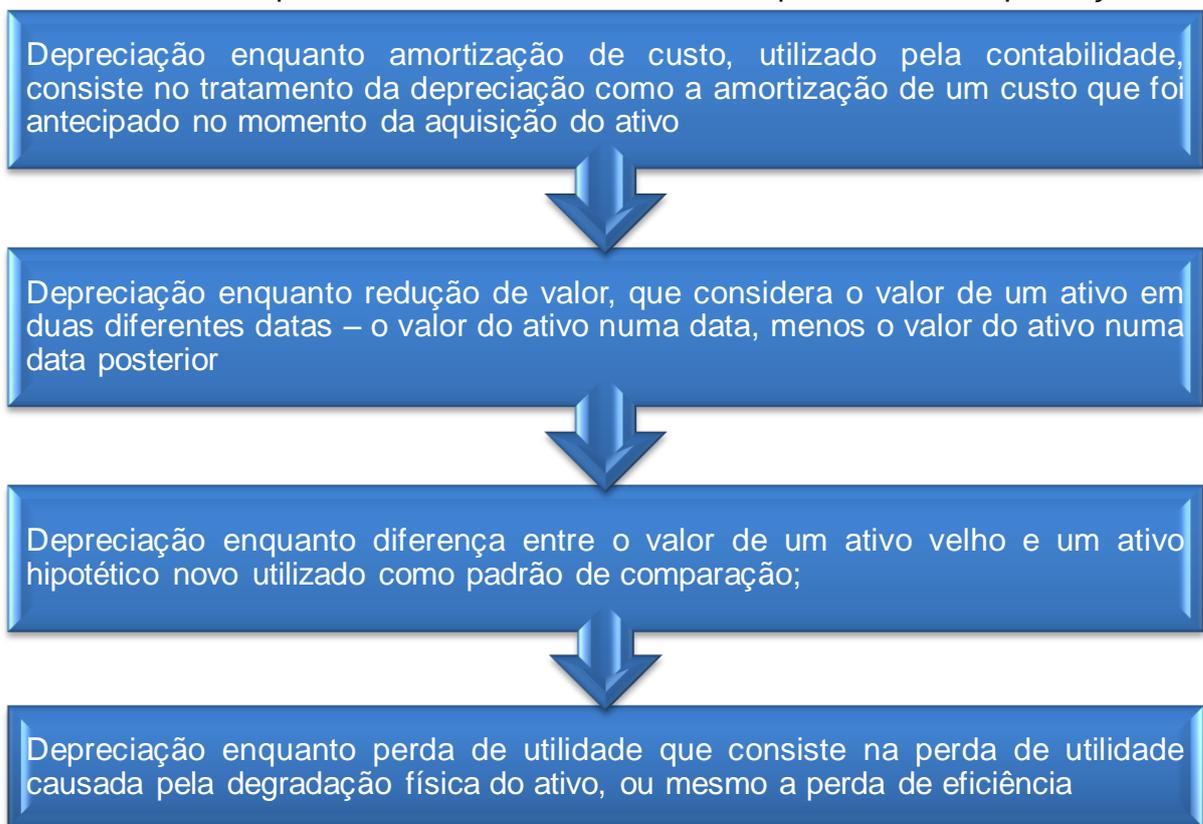
A entidade em continuidade é premissa básica da Contabilidade, e desta premissa, pode-se denotar que a aplicação deste postulado, conduz a uma discussão, já há tempos calorosa no desenvolvimento da Contabilidade, qual seja a de avaliação dos ativos.

A aplicação do postulado da continuidade desencadeia a necessidade de se avaliarem todos os ativos e valores de entrada (ou valores de custos) a fim de que se possa manipular ou trabalhar com os mesmos na busca de benefícios futuros. À medida que o mercado for atribuindo uma mais-valia aos ativos, no curso normal das operações, estes vão sendo vendidos e transformados em receitas. Destas receitas deduz-se o valor dos ativos sacrificados (custos) e obtêm-se então os resultados alcançados pela entidade durante a continuidade ou andamento dos negócios. Em suma, o postulado da continuidade implica em avaliar os ativos pelo valor de entrada para que se possam apurar resultados.

É importante ressaltar que o postulado da continuidade não deveria ater-se somente à preocupação em relatar a possível descontinuidade da empresa, mas sim informar também situações de alterações substanciais, como e quando.

Feitas estas considerações a respeito da continuidade das empresas, podem-se elencar, segundo Ludicibus (1987) quatro diferentes conceitos básicos para o termo depreciação que devem ser observados ao correto atendimento deste postulado, quais sejam:

Quadro 3 – Os quatro diferentes conceitos básicos para o termo depreciação.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

3 METODOLOGIA

Na realização de uma pesquisa é essencial apresentar fundamentação suficiente às deduções apresentadas, no intuito de responder ao problema proposto. Para Gil (2002, p.17) a “pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

As respostas devem ser embasadas em um referencial teórico, podendo-se utilizar referências bibliográficas como forma de embasá-lo, como é o caso da presente pesquisa.

Marconi e Lakatos (2011, p. 45) apresentam com propriedade o conceito para bibliografia ao elucidarem que é seja uma maneira de “oferecer meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

No intuito de fornecer respaldo e fundamentação ao conhecimento sobre o tema abordado, foram realizadas pesquisas bibliográficas com a utilização de livros, artigos, monografias, teses, e publicações em sites eletrônicos.

Quanto à abordagem esta pesquisa se revelou como qualitativa, em sua qualidade. Para Marconi e Lakatos (2011) esta forma de abordagem não deve ser vista apenas com dados, mas também com a verificação dos mesmos, pois vai além dos termos de abordagem.

Para Koche (2015) a pesquisa bibliográfica permite a explicação de um problema por meio de conhecimentos disponíveis, com base na publicação das teorias em plataformas e fontes literárias ou em outras obras.

Quanto ao método de coleta de dados foi utilizada a entrevista com um gestor de uma organização siderúrgica pelo critério de acessibilidade. Como destacado por Marconi e Lakatos (2011) por meio da entrevista o pesquisador se põe a frente do entrevistado utilizando-se, no presente caso, de questionamentos previamente estruturados com a finalidade de se alcançar aos objetivos traçados na pesquisa.

Neste trabalho a proposta foi a de verificar a depreciação do ativo imobilizado segundo o CPC-27, por meio do valor da depreciação, observando-se o resultado contábil, econômico, em uma organização lucrativa dentro da ótica tributária, ou seja, quanto maiores forem os débitos de depreciação, maiores serão as reduções do imposto de renda e da contribuição social, considerando a sua dedutibilidade.

4 PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

Com a finalidade de atender aos objetivos gerais e específicos proposto neste trabalho, foi aplicada uma entrevista com um gestor, a qual teve suas perguntas

elaboradas no intuito de comprovar os estudos feitos e utilizados na formação do referencial teórico. A seguir, seguem os resultados evidenciados alinhados e confrontados com a teoria que serviram como base na fomentação dos resultados alcançados.

4.1 Perfil do Entrevistado

O Roteiro de entrevista constante no Anexo I foi realizado com um sócio gestor de uma empresa do ramo de siderurgia, cujos nomes do entrevistado e da organização não serão divulgados, por desejarem se manter em anonimato. Pode-se apenas apurar que o entrevistado trabalha na empresa em torno de dez anos, exercendo além da função de sócio, a de encarregado pelas máquinas e equipamentos, o que o torna totalmente capacitado a esclarecer as questões indagadas sobre o maquinário, à depreciação e seus efeitos.

4.2 Análise das Depreciações e os possíveis impactos

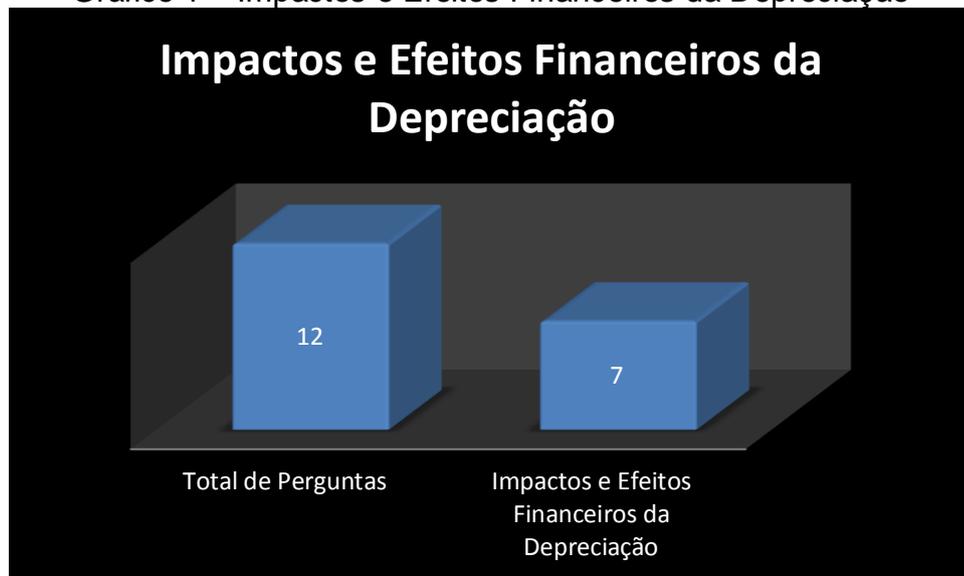
No intuito de responder um dos objetivos específicos do artigo, que busca relacionar e descrever os impactos e efeitos econômicos, financeiros, tributários e operacionais ligados à depreciação, foram feitos alguns questionamentos ao entrevistado.

Os resultados obtidos por meio dos questionamentos enumerados de 05 a 11 do roteiro revelaram que a empresa analisada utiliza relatórios próprios para tomadas de decisões, seja em relação à compra de equipamentos e máquinas, ou ainda no momento de definirem os valores a serem cobrados pelos serviços prestados.

Verificou-se, contudo, a falta de acompanhamento junto ao contador, no instante do cálculo dos impostos onde as empresas optantes pelo lucro real são totalmente influenciadas pelos valores originados na depreciação e principalmente pelo método que tais desgastes são contabilizados, o que requer uma conexão entre o empresário e a contabilidade.

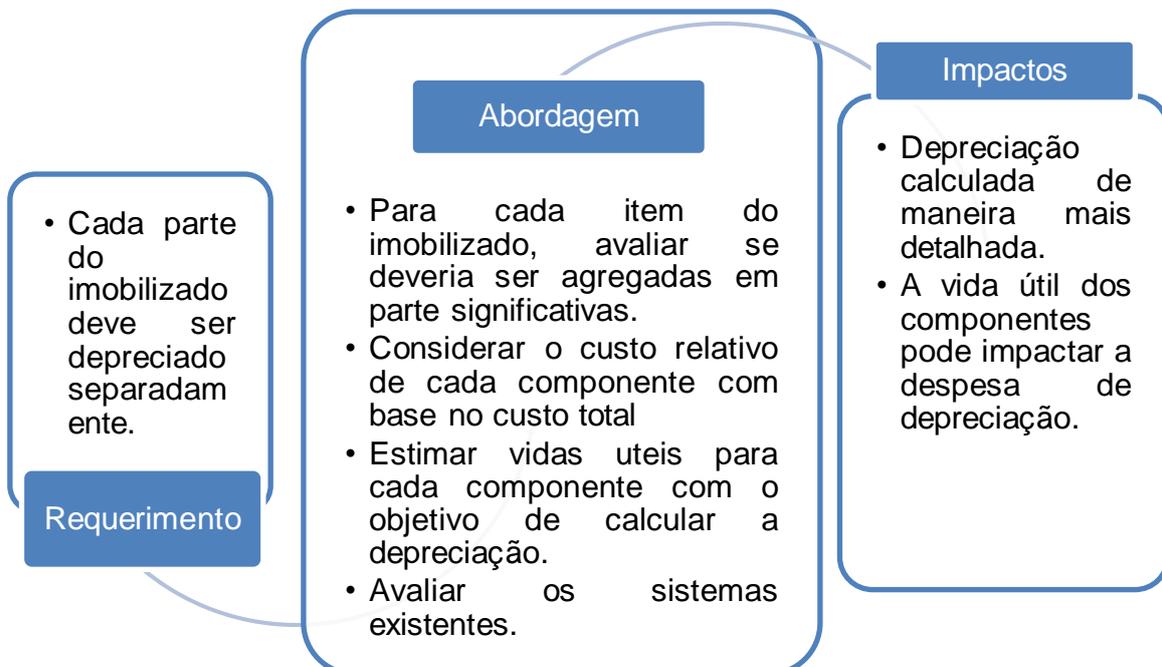
Com isso das doze perguntas realizadas, apenas sete delas possuem respostas que demonstram os efeitos remetidos pela depreciação no contexto financeiro da empresa, o que representa 58,33% das respostas obtidas, como ilustram o Gráfico 1 e a Quadro 4 a seguir.

Gráfico 1 – Impactos e Efeitos Financeiros da Depreciação



Fonte: Elaborada pelo Autor, 2018.

Quadro 4 - Requerimento, Abordagem e Impactos.



Fonte: Elaborado pelo autor baseada na CPC 27, 2018.

O Quadro 4 foi elaborado com base em informações extraídas na CPC 27,

nele são evidenciados alguns pontos de significância em relação à depreciação dos bens em relação a forma de desgaste, e como sua análise pode impactar nas informações a serem passadas às empresas, com a finalidade de assessorá-las nas tomadas de decisões.

4.3 Análise da Perda de Continuidade

De acordo com os estudos realizados verificou-se sobre a ocorrência de fatores que podem influenciar na continuidade da empresa de forma a comprometer o futuro dos negócios. Este fator deve representar umas das preocupações dos gestores.

Ao se analisar de maneira mais aprofundada as perguntas 02, 03 e 04. Pode-se perceber que o entrevistado apesar de trabalhar na área de campo, mantendo contato direto com as máquinas, e possuir informações relacionada ao acervo de equipamentos ao que se referem às unidades e representação financeira, o entrevistado não demonstrou entendimento ao significado do termo 'Depreciação', e nem mesmo como a mesma é calculada.

Tal entendimento é de extrema importância, uma vez que, ainda de acordo com o entrevistado as máquinas só cessão suas atividade se estragarem ou não houver trabalhadores para colocá-las em funcionamento, já que trabalham em tempo integral, levando em consideração os métodos de depreciação e as taxas. No entanto, isso pode representar grandes perdas financeiras à empresa se não forem corretamente analisadas e aplicadas. Das doze perguntas realizadas, três delas possuem respostas que demonstram os efeitos que podem levar a perda de continuidade das empresas, o que representa 25% das respostas coletadas em toda a entrevista.

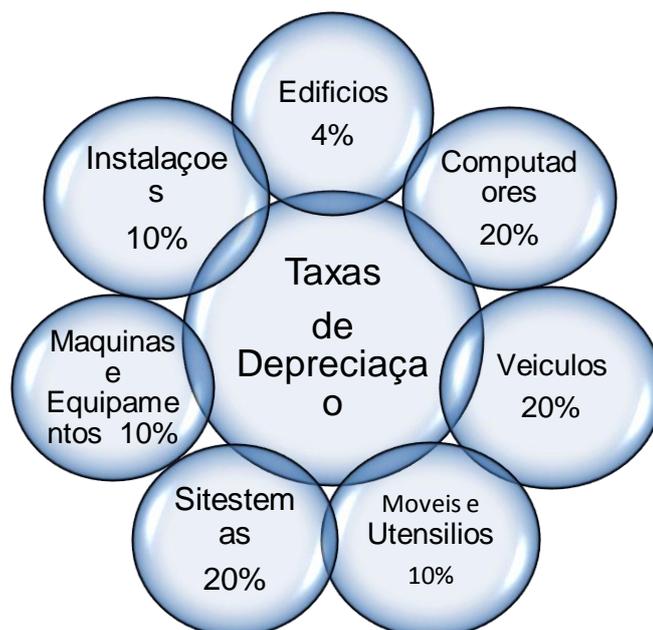
Gráfico 2 – Perda da Continuidade



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

A depreciação dos bens do ativo imobilizado em sua maioria apresentam seus métodos de cálculo baseados em tabelas e valores preestabelecidos pelo governo. No entanto, a cada dia, se torna evidente que o parâmetro a ser utilizado para mensuração deva deixar de ser meramente um padrão e passar a ser efetuado levando-se em consideração as condições de uso, e que se possa de fato refletir a real capacidade do bem, nos resultados futuros da empresa. Atualmente, as taxas pré-definidas e utilizadas por muitas empresas são:

Figura 3 - Taxas de Depreciação

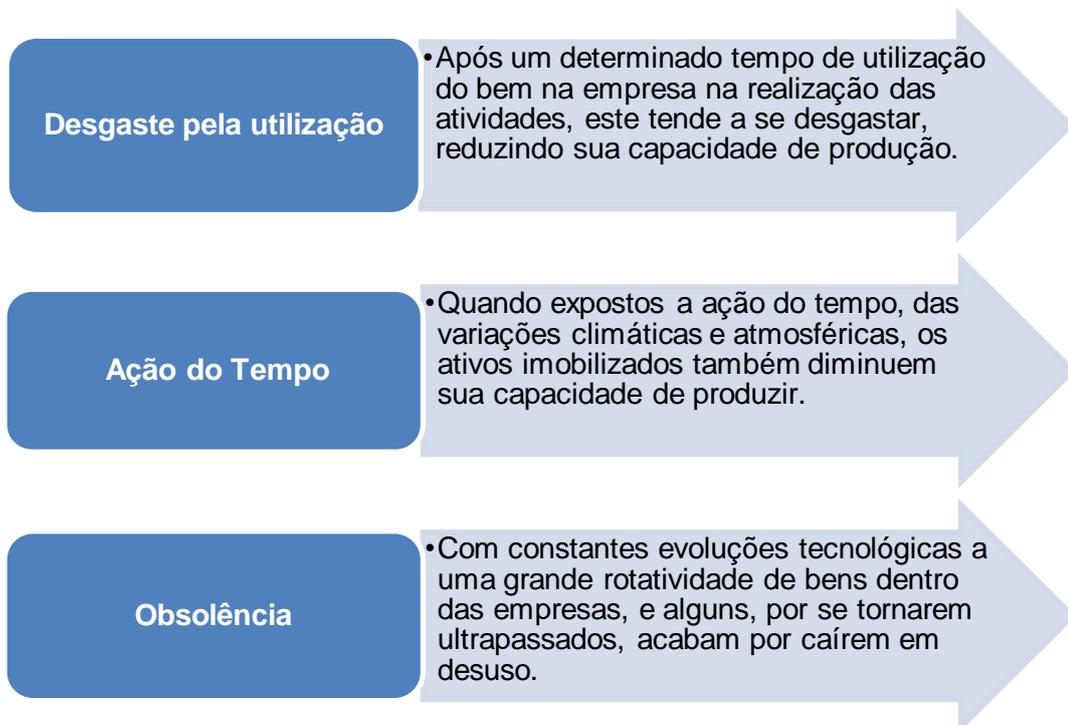


Fonte: Elaborado pelo autor baseada na CPC 27, 2018.

Com isso, vários fatores são relevantes no momento de se determinar o consumo e a perda de valor de um bem, um equipamento que possua sua hora de trabalho superior aos demais, não poderá apresentar a mesma taxa de depreciação.

Conforme apurado no embasamento teórico, a depreciação pode ser ocasionada por mais de um fator, aos quais devem ser cuidadosamente analisados, para que haja a correta aplicabilidade do método de cálculo do desgaste ocorrido, com a finalidade de demonstrar de forma fidedigna, os reais impactos remetidos às empresas. Este fatores foram apresentados de forma mais detalhada no Quadro 5.

Quadro 5 – Fatores da Depreciação



Fonte: Elaborado pelo autor baseada na CPC 27, 2018.

4.4 Gestores e Empreendedores x Depreciação

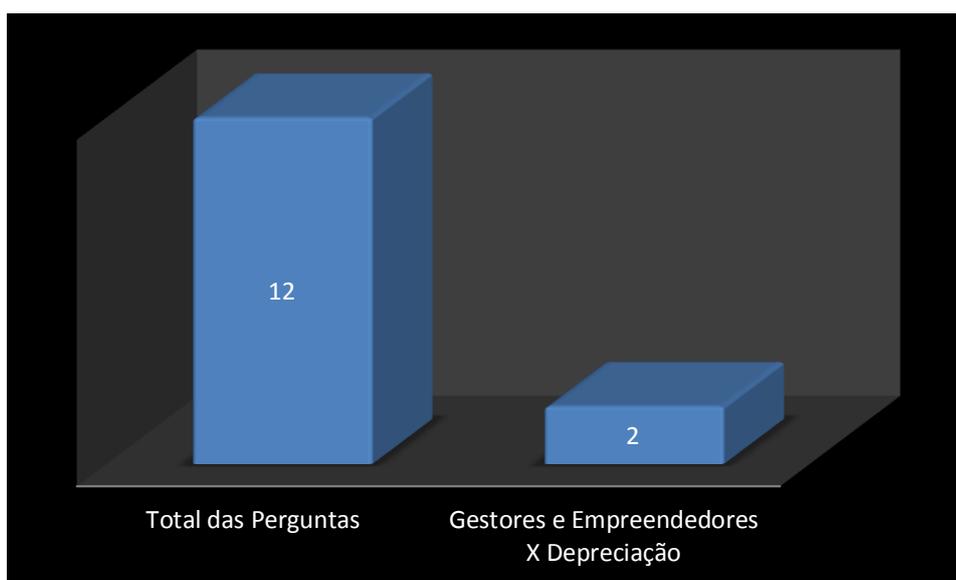
No intuito de responder ao terceiro objetivo específico, foram realizados os questionamentos enumeradas em 01 e 12 do roteiro constante no Anexo I, em que as respostas obtidas, evidenciam que o entrevistado trata-se de um empreendedor e

também de um gestor, que se faz presente nas atividades de sua organização, apesar de não possuir vasto conhecimento do tema estudado nesta pesquisa. O mesmo reconhece que as máquinas e equipamentos são partes cruciais na execução de seus serviços, e demonstra preocupação em acompanhar o processo desenvolvido por elas.

No entanto, revelou que entende ser o papel do contador o repasse de informações referentes à depreciação, bem como auxiliar a empresa nas decisões que podem ser tomadas.

Com isso, dos doze questionamentos realizados, apenas por meio de dois obteve-se respostas que revelam os efeitos remetidos pela percepção do gestor referente à depreciação no contexto financeiro da empresa, o que representa 16,66% das respostas coletadas em toda a entrevista.

Gráfico 3 – Percepção do gestor quanto à depreciação



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo econômico diante das constantes mudanças tem necessitado cada vez mais de meios capazes de coletar informações e utilizá-las no momento da tomada de decisões, acerca dos negócios que possibilitam a continuidade das

empresas. Para atender as exigências do mercado, a contabilidade também tem buscado através do amparo na legislação e de profissionais capacitados, exercer seu papel no crescimento das organizações.

No que tange o objetivo proposto nesta pesquisa, que propôs averiguar se os empreendedores tem conhecimento do impacto e efeitos da depreciação na continuidade de seus negócios, o resultado apurado revelou que infelizmente não possuem a ciência do quão importante e eficaz é o estudo e análise da depreciação como ferramenta na alavancagem de seus negócios. Percebeu-se ainda a existência de dificuldades ou mesmo a ausência de conhecimento prévio ao que se refere ao assunto.

Contudo, podem-se alcançar os objetivos traçados na pesquisa por meio da entrevista com um responsável pela gestão e execução de tarefas realizadas por meio de máquinas e equipamentos de uma organização, com vistas à identificação dos processos de mensuração atualmente usados, e a sugestão de critérios técnicos a serem empregados na contabilização das despesas.

Por fim, constatou-se que ao conhecer e aplicar os métodos de depreciação, bem como realizar o acompanhamento e a identificação dos impactos ocasionados nas finanças de uma empresa, são indispensáveis na melhoria e controle interno evidenciando maior transparência dos resultados operacionais e financeiros.

Além disso, as constatações apuradas serão capazes de auxiliar aos administradores e diretores na averiguação do andamento do quadro financeiro empresarial. No entanto, este trabalho não visa o exaurimento do tema, pois, o mundo e as regras estão em constantes mudanças, sendo necessário se atualizar e estudar cada vez mais, no intuito de especializar e aprofundar-se no tema.

Sugerem-se maior aprofundamento do tema em outras áreas, tais como a depreciação como ferramenta de redução de custos, isso em detrimento a internacionalidade das normas contábeis, e métodos de mensuração e reavaliação de bens de uso comum, pois o aprimoramento nessas áreas ocasionarão melhores resultados e acarretando assim um maior conhecimento de métodos cruciais a manutenção da empresa em constante operação.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N. **Contabilidade Gerencial**: introdução à contabilidade traduzido por Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Atlas, 1972.

ANTONIK, Luís Roberto. A Administração Financeira das Pequenas e Médias Empresas: ferramentas financeiras simples auxiliam na gestão da empresa e orientam a tomada de decisões. **Revista FAE Business**. n. 8., maio 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas 2002.

BITTENCOURT, Ana Carolina Esteves dos Passos; MAGALHÃES, Arthur Olivare de. MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Depreciação**: analisando os livros de contabilidade para iniciantes. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos32006/310.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2018.

BRAGA FILHO, Hélio. Globalização em Franca: a reorganização industrial e econômica informal. Dissertação de Mestrado, **Uni-FACEF**, 2000.

BRASIL, **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL, **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRIGHAM, Eugene F. GAPENSKI, Louis C., EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2001.

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação Econômica de Projetos**. 12 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo; CAMPIGLIA, Oswaldo Roberto P. **Controles de Gestão**. São Paulo: Atlas, 1995.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2 ed. Brasília: CFC, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido de. **Curso Básico de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997

GONÇALVES, C. de G. **Administração de Imobilizado enfocando a depreciação**. UNOPAR Cient., Ciênc. Jurid. Empres., Londrina, v. 2, n. 2, p. 67 – 76, set. 2001.

GROPPELLI, A. A. NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 3 ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERRMAN JÚNIOR, Frederico. **Custos Industriais: organização administrativa e contábil das empresas industriais**. 7 ed.. São Paulo: Atlas, 1974.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 2 ed.. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de**

Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Contabilidade Empresarial.** 13. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Aparecida. FILHO PIZYSIEZNIG, João. Conceitos Fundamentais para a Determinação da Obsolescência Tecnológica de Equipamentos. *In: XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica.* 2002, Salvador.

OLIVEIRA, Álvaro Guimarães. **Contabilidade Financeira.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Curso Básico Gerencial de Custos. São Paulo: Thompson, 2003.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. Introdução à Contabilidade Gerencial. 2 ed., São Paulo: Makron Books, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHULTZ, Charles Albino; BORGERT, Altair; silva, Marcia Zanievicz da. Depreciação e obsolescência: uma abordagem teórico-empírica dos fatores envolvidos no planejamento e na alocação de custos, e na substituição de ativos de alta tecnologia. **XV Congresso Brasileiro de Custos** – Curitiba - PR, Brasil, 12 a 14

de novembro de 2008. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1401/0>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

TRISTÃO, Hécio Martins. **Cluster e a cadeia produtiva de calçados de Franca**. Franca/SP: FACEF-Franca, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Curso Prático de Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 8 ed. São Paulo: Frase, 2001.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 7 ed. São Paulo: Frase, 2003.

THE DEPRECIATION OF FIXED ASSETS ACCORDING TO CPC-27 AND ITS MAIN REFLECTIONS ON THE FINANCIAL AND ACCOUNTING CONTEXT OF THE COMPANIES

ABSTRACT

The purpose of this article was to analyze the impact of the depreciation of fixed assets in the financial, economic and accounting context of the companies, in accordance with CPC 27. It can be said that the insertion and maintenance of an organization in the market do not constitute a easy task. Given this, accounting with the support of legislation, has methods that can contribute significantly in this process. Taking as a starting point the principle that most of the companies were created with the purpose of remaining active, it was intended to approach the evaluation and the exploration of fixed assets as a tool in minimizing costs and maximizing profits in accounting management organizational structure. The research problem was based on the question of how entrepreneurs are aware of the impact and effects of depreciation on the continuity of their business? In the search for answers, the general objective was elaborated, that dealt with the analysis of the perception of the entrepreneur of an organization in relation to the depreciation of the assets in its business. As to the specific objectives, these sought to relate and describe the economic, financial, tax and operational impacts and effects of depreciation; it was also intended to list possible losses of continuity; and verify the manager's perception of depreciation. The methodology used was applied in nature,

using the qualitative approach and classified as descriptive. It can be concluded from the analysis of the interview conducted during the article that entrepreneurs, although not very aware of the meaning of depreciation, are aware of the effects that it can have on the company's finances and assume the need for a greater control of this tool otherwise may jeopardize the future of the business, both with regard to tax calculations, and the difficulty it may have in competing with its competitor when deciding to renew its Fixed Assets.

Keywords: Depreciation. Permanent assets. Impact.

ANEXO I

Modelo de questionário aplicado

1) Qual é sua posição dentro da organização? Tem alguma relação com o trabalho das máquinas?

Sou um dos sócio e responsável direto pelas operações em campo. Então estou diretamente ligado ao trabalho das máquinas.

2) Dentro da estrutura de bens que fazem parte da operação de uma empresa, quais são os principais? E em qual ordem de grandeza econômica, em Reais?

Com certeza são as máquinas. Não temos instalações uma vez que somos prestadores de serviço. Temos aproximadamente dois milhões investidos em máquinas e equipamentos no campo.

3) Você consegue definir o termo 'Depreciação' e como ela é utilizada e calculada dentro da empresa?

Eu acho que é um termo contábil, mas confesso que não consigo definir nem saber como é calculado.

4) Seus maquinários trabalham de qual modo? Um só turno, ou trabalha direto?

Nossas máquinas só param para manutenção ou quando algum funcionário que trabalha com ela não aparece no serviço e não há como substituir ele.

5) Você tem condições ou participa das decisões sobre compra, troca ou locação dos ativos da empresa.

Sim. Estas decisões sempre são tomadas por todos nós os sócios. Eu tenho até uma participação mais ativa, por que sou o responsável pelas operações em campo. Então quando digo que temos que comprar, eles me ouvem.

6) Para decisão de vocês, há algum relatório ou mesmo recomendação da contabilidade que venha a contribuir com sua decisão?

Da contabilidade não. Geralmente consideramos o relatório de manutenção e produção. Neles conseguimos ver se a máquina esta dando muita manutenção e se a produção esta abaixo do desejado.

7) Para determinar o valor a ser cobrado pelos serviços é considerado o valor de desgaste de seus maquinários? Se sim, tem como explicar como isto é realizado?

Sim e não. Sim por que colocamos o valor necessário para comprar novos quando esses não poderem mais trabalhar. Não por que não sabemos o quando é o valor deste desgaste.

8) E para cálculo dos impostos, há alguma relação com a quantidade de horas trabalhadas pelas máquinas?

Quem faz os cálculos dos impostos é o pessoal da contabilidade. Mas acredito que não. Eles nunca vieram aqui, nem sabe como nós trabalhamos.

9) Ao comprar novas máquinas, vocês consideram entregar a máquina velha como meio de troca? Se sim, como é determinado o valor da máquina velha?

Sim, geralmente entregamos a máquina velha na troca de uma nova. O valor da máquina velha é geralmente dado pelo representante da empresa que nos vende a nova, ele vem, faz uma avaliação e chegamos a um acordo.

10) Do resultado que sobra para empresa, ele é distribuído entre os sócios, ou uma parte fica de reserva para compras de novas máquinas?

É distribuído entre os sócios, sobra muito pouco para deixar guardado. As máquinas são compradas com financiamento junto aos fornecedores.

11) Considerando que o desgaste das máquinas podem ser utilizado para determinar o preço a ser cobrado pelos serviços, para abater o valor a ser cobrado de imposto de renda e assim aumentar o lucro da empresa, você consideraria dar atenção especial a este desgaste das máquinas? Por que?

Com certeza. Há muito tempos discutimos com o pessoal da empresa que o preço que cobramos esta abaixo do mercado, mas não conseguimos comprovar, determinando o gasto das máquinas certamente conseguiremos isto. Já impostos, quanto menos melhor para nossa empresa.

12) Tendo toda esta importância descrita por você, de quem seria a responsabilidade para fazer esse levantamento e passar para vocês as informações?

Eu acho que é do contador, aqui ninguém teria condições de fazer isto. Então ele teria que fazer isto